

**13.2 – O prazo de execução dos serviços, que deverá ser de até 20 (vinte) dias contados do recebimento de nosso pedido.**

13.3 – Constatada qualquer irregularidade na prestação dos serviços da presente licitação, a licitante vencedora será obrigada a adequar os serviços prestados, sob pena de sujeitar-se não apenas à aplicação das multas e demais penalidades previstas no Instrumento Convocatório, mas também às sanções constantes do Código de Defesa do Consumidor e demais legislações aplicáveis à espécie.

13.4 – Havendo rejeição dos serviços, no todo ou em parte, a Licitante Vencedora deverá refazê-los dentro do prazo estipulado pela Gerência Requisitante, contados da notificação por escrito.

13.5 – A execução do objeto desta licitação só poderá ser efetuada pela licitante que efetivamente se habilitou para participação do certame, não podendo transferir esta incumbência a outras empresas, mesmo que essas empresas façam parte do grupo societário. **NÃO SERÁ ADMITIDA SUBCONTRATAÇÃO.**

13.6 – **Procedimento de Fiscalização:** Os serviços serão inspecionados por representantes da Gerência Requisitante e se houver alguma irregularidade a Contratada será primeiramente notificada, posteriormente advertida e finalmente, não sendo sanada a irregularidade, sofrerá as sanções legais previstas no Contrato e nas leis que o regulamentam. As exigências e a atuação da fiscalização pelo DAAE em nada restringem a responsabilidade, única, integral e exclusiva da licitante vencedora, no que concerne à execução do objeto do Contrato.

**14. DAS CONDIÇÕES DE GERENCIAMENTO**

14.1 – O DAAE será o órgão responsável pelos atos de controle e administração da Ata de Registro de Preços decorrentes desta licitação.

14.2 – O gerenciamento das obrigações contratuais, objeto desta licitação, será efetuado pela Gerência de **Manutenção Eletromecânica**, sob fiscalização direta do Serviço por ela indicado, como representante da Administração do DAAE, responsável por toda e qualquer ação de orientação geral, acompanhamento e fiscalização do cumprimento contratual. Apontada alguma irregularidade, a Gerência comunicará por escrito à Autoridade Superior para as devidas providências cabíveis para a satisfatória a execução do Contrato.

**14.3 – Poderão ser indicadas mais de uma empresa, ao mesmo tempo, para a execução desses serviços, no que couber.**

14.4 – A convocação do(s) Adjudicatário(s), pelo DAAE, será formalizada através de e-mail ou fax, publicada na imprensa oficial da Autarquia e conterá ainda, o endereço e o prazo máximo em que deverão comparecer para retirar a respectiva autorização de fornecimento.

14.5 – O(s) Adjudicatário(s) convocado(s) na forma do subitem anterior que não comparecer, não retirar a autorização de fornecimento no prazo estipulado ou não cumprir as obrigações estabelecidas na Ata de Registro de Preços, **estará(ão) sujeito(s) às sanções previstas neste Edital.**



## Departamento Autônomo de Água e Esgotos

Rua Domingos Barbieri, 100 – Caixa Postal, 380 – CEP 14802-510 – Araraquara-SP  
Fone: (16) 3324-9555 – Atendimento: 0800 770-1595  
CNPJ 44.239.770/0001-67 – Inscrição Estadual: ISENT0  
www.daaeararaquara.com.br



**14.6 – Quando comprovada uma dessas hipóteses, o DAAE, poderá indicar o próximo Fornecedor a ser destinado o pedido, sem prejuízo da abertura de processo administrativo para aplicação de penalidades.**

### **15. DO CONTROLE E DA ALTERAÇÃO DE PREÇOS**

15.1 – A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no artigo 65 da Lei nº 8.666/93.

15.2 – O(s) preço(s) registrado(s) poderá(ão) ser revisto(s) em face de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos bens registrados.

15.3 – Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o DAAE convocará o(s) Adjudicatário(s) visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado.

15.4 – Frustrada a negociação, o(s) Adjudicatário(s) será(ão) liberado(s) do compromisso assumido.

15.5 – Na hipótese do subitem anterior, o DAAE, convocará as demais Licitantes visando igual oportunidade de negociação.

15.6 – Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o(s) Adjudicatário(s) mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o DAAE poderá:

a) Liberá-lo do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes da autorização de fornecimento;

b) Convocar as demais Licitantes visando igual oportunidade de negociação.

15.7 – Não havendo êxito nas negociações, revogar a Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

### **16. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS**

16.1 – O Adjudicatário terá seu registro cancelado quando:

a) Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

b) Não retirar a respectiva autorização de fornecimento no prazo estabelecido pelo DAAE, sem justificativa aceitável;

c) Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

d) Tiver presentes razões de interesse público;

16.2 – O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da Autoridade Competente do DAAE.

16.3 – O Adjudicatário poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preços na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrente de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovado.

## **17. DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS**

17.1 – O prazo de validade do Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contados a partir da data de publicação da respectiva Ata na imprensa oficial da Autarquia (**Jornal FOLHA DA CIDADE**), podendo ser aditado nos termos da Lei.

## **18. DOS RECURSOS FINANCEIROS E ORÇAMENTÁRIOS**

18.1 – As despesas decorrentes desta licitação correrão por conta dos créditos sob classificação funcional programática nº **03.23.01.1751200072.010** – categoria econômica nº **3.3.90.39.99.03 – 3.3.90.30.26.00** do orçamento do DAAE para o exercício de 2021.

## **19. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

**19.1 – Os preços propostos são fixos e irrevogáveis, e deverão incluir todas as taxas e despesas adicionais.**

19.2 – As Notas Fiscais/Fatura deverão ser protocoladas, mediante ofício dirigido à Superintendência. Tanto na Nota Fiscal/Fatura como no ofício deverão ser destacados o número do contrato, a modalidade licitatória e número da licitação.

19.3. As Notas Fiscais Eletrônicas referente aos **SERVIÇOS E AOS MATERIAIS (NOTAS FISCAIS DISTINTAS)**, deverão ser enviadas para o e-mail: [gmem@daae-araraquara.com.br](mailto:gmem@daae-araraquara.com.br).

**19.4 – De acordo com a Cláusula Segunda do Protocolo ICMS 42, de 03 de Julho de 2009, e o Protocolo ICMS 191, de 30 de novembro de 2010, ficaram obrigadas a emitir Nota Fiscal Eletrônica, modelo 55, em substituição a Nota Fiscal, modelo 1 ou 1-A, as empresas que realizarem operações com a Administração Pública em geral. O arquivo XML deverá ser enviado para o e-mail: [nfe@daae-araraquara.com.br](mailto:nfe@daae-araraquara.com.br), conforme Cláusula 7ª, inciso III, § 7º e Cláusula 10ª do ajuste SINIEF 07/05, sendo que o recebimento do material ficará condicionado à sua conferência antecipada. Havendo algum problema com a visualização do arquivo, a nota fiscal será rejeitada.**

19.5 – O pagamento será efetuado no 5º (quinto) dia útil após a liberação da Nota Fiscal/Fatura pelo ordenador da despesa, desde que os serviços executados sejam aprovados pela Gerência Requisitante.

19.6 – Os pagamentos serão efetuados mediante crédito em conta-corrente devendo o(s) fornecedor(es) informar o número do banco, da agência e conta bancária.

19.7 – No caso de atraso no pagamento, por culpa exclusiva da contratante, sendo este superior a 30 (trinta) dias, o valor devido será corrigido com base na variação do IPCA/IBGE.



## **20. DA IMPUGNAÇÃO AO ATO CONVOCATÓRIO**

20.1 – Até o 2º (segundo) dia útil que anteceder a data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá solicitar providências ou impugnar o ato convocatório do Pregão.

20.2 – A petição deverá ser dirigida à autoridade subscritora do Edital, que decidirá no prazo de 01 (um) dia útil anterior à data fixada para recebimento das propostas.

**20.3 – Só serão acolhidas as impugnações interpostas por documento original, dirigido à Superintendência, devidamente protocolado na Gerência de Administração do DAAE – Araraquara, em sua Unidade de Patrimônio e Expediente e, desde que obedecidos os respectivos prazos legais. O protocolo via e-mail deverá ser endereçado para o seguinte e-mail: [protocolodaae@gmail.com](mailto:protocolodaae@gmail.com).**

20.4 – Acolhida a petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame.

20.5 – Decairá do direito de impugnar os termos deste edital perante o DAAE a licitante que não o fizer até o segundo dia útil que anteceder à data prevista para a abertura dos envelopes "Proposta" e "Documentação", apontando as falhas ou irregularidades, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.

20.6 – A formulação da proposta, sem que tenha sido tempestivamente impugnado o presente edital, implicará na plena aceitação, por parte dos interessados, das condições nele estabelecidas.

## **21. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

21.1 – A licitante que apresentar documentação falsa para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta ou lance, não celebrar o contrato ou instrumento equivalente, falhar ou fraudar a execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, garantida a prévia defesa, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo da aplicação das multas previstas no Edital, no Contrato e demais cominações legais.

21.2 – A licitante sujeitar-se-á, ainda, às sanções de: advertência, multa e declaração de inidoneidade, sendo que as sanções de suspensão descritas no item anterior e declaração de inidoneidade poderão ser cumuladas com multa, sem prejuízo da rescisão contratual.

21.3 – A licitante que tiver sua proposta selecionada e, caso vencedora, **não possuir os documentos necessários a sua habilitação**, seja ela jurídica, de regularidade fiscal e trabalhista ou econômica e financeira, entenderá essa Administração que sua participação no presente certame teve por objetivo **frustrar ou fraudar o caráter competitivo da licitação**. Assim com fundamento nos artigos 90 e 93, da Lei Federal nº 8.666/93 e no artigo 299 do Código Penal, a Licitante será denunciada ao Ministério Público Estadual e seus representantes legais estarão sujeitos as seguintes sanções:

a) Pena de detenção de 02 (dois) a 04 (quatro) anos e multa;



b) Pena de reclusão de 01 (um) a 03 (três) anos e multa (**DECLARAÇÃO FALSA DE PLENO ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO**);

c) A licitante ficará proibida de participar temporariamente de novas licitações com a Autarquia no âmbito da Administração Pública Municipal.

21.4 – Pela recusa do adjudicatário em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, determinando o descumprimento total da obrigação, a multa será de 10% (dez por cento) do valor da obrigação.

21.5 – Pela inexecução total ou parcial do contrato, a multa será de 10% (dez por cento) do valor correspondente à parte não cumprida da obrigação.

21.6 – Pelo atraso injustificado, a critério da Administração, na execução do contrato, a multa será de 0,2% (dois décimos por cento) por dia até 30 (trinta) dias e 0,4% pelo que exceder a 30 dias até 60 (sessenta) dias, calculados sobre o valor do contrato.

21.7 – Em caso de descumprimento das cláusulas contratuais, cuja sanção pecuniária não esteja prevista nos parágrafos anteriores, o valor desta poderá corresponder em até 10% (dez por cento) do valor do contrato.

21.8 – A multa, aplicada após regular processo administrativo, será descontada da(s) fatura(s), cobrada judicialmente ou extrajudicialmente, a critério do DAAE.

21.9 – Da intenção de aplicação de quaisquer das penalidades previstas, será concedido prazo para defesa prévia de 05 (cinco) dias úteis a contar da notificação.

21.10 – Da aplicação da sanção caberá recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação, de acordo com o disposto no artigo 9º da Lei nº 10.520/02, combinado com o artigo 109, Inciso I, letra f, da Lei nº 8.666/93.

21.11 – As penalidades serão obrigatoriamente registradas, esgotada a fase recursal, no Cadastro de Fornecedores do DAAE, no caso de impedimento do direito de licitar e contratar, a licitante terá seu cadastro cancelado por igual período.

## **22. DA CONSULTA, DIVULGAÇÃO E ENTREGA DO EDITAL**

22.1 – O Edital poderá ser consultado por qualquer interessado na Rua Domingos Barbieri, 100, Fonte Luminosa, durante o expediente normal do Daae – Araraquara, em dias úteis, no horário das 09h00 às 16h45min.

22.2 – O aviso do Edital será publicado no Diário Oficial do Estado e no Diário Oficial do DAAE (Jornal "Folha da Cidade"), podendo ainda ser extraído por meio do site [www.daaeararaquara.com.br](http://www.daaeararaquara.com.br) – link: Painel de Licitações.

22.3 – O Edital será entregue a qualquer interessado durante o período que anteceder a data marcada para a sessão pública do Pregão.

22.4 – A providência a que se refere o subitem 23.3 também poderá ser levada a efeito através do e-mail ([gsup@daae-araraquara.com.br](mailto:gsup@daae-araraquara.com.br)) e do site mencionado no subitem 23.2.